



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 468, DE 2010

Acrescenta inciso ao artigo 60 da Constituição Federal.

**Autores:** Deputados WILSON PICLER,  
MÁRIO HERINGER e outros

**Relator:** Deputado GABRIEL GUIMARÃES

#### I – RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição em epígrafe, tendo como primeiros subscritores os Deputados Wilson Picler e Mário Heringer, que busca inserir o inciso IV ao *caput* do art. 60 da Constituição Federal.

Na justificativa, dispõem os primeiros subscritores:

*Submeto a apreciação dos senhores Deputados a presente Proposta de Emenda Constitucional, visando incluir Inciso IV ao Artigo 60 da Constituição Federal, objetivando permitir as Câmaras Municipais direito de apresentar Proposta de Emenda Constitucional. O legislador de 1988 contemplou com este direito apenas as Assembléias Legislativas dos Estados da Federação, esquecendo o Legislativo Municipal.*

*Torna-se imperioso relatar que as Câmaras Municipais são a base da pirâmide política brasileira, portanto os seus componentes, os Vereadores são os agentes políticos mais próximos do cidadão, tendo eles o pleno conhecimento das dificuldades e das demandas da comunidade.*

*Sendo assim às Câmaras Municipais poderão contribuir com o processo legislativo, fazendo com que as decisões do Congresso Nacional representem mais ainda as aspirações e anseios da população.*

*Abrir esta oportunidade às Câmaras Municipais de apresentar proposta de Emenda Constitucional significará um avanço enorme no processo democrático através da Legislação Participativa.*

Compete-nos, nos termos do art. 202, do Regimento Interno, a análise de admissibilidade da Proposta, ou seja, devemos verificar se a Proposta não atenta contra as cláusula péticas, previstas no art. 60 da Constituição, especificamente no seu § 4º.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

A proposta sob comento foi apresentada com observância dos requisitos constitucionais e regimentais: foram colhidas as assinaturas necessárias (aliás em número superior ao terço da Câmara), não se atentou contra a forma federativa nem contra o voto direto, secreto, universal e periódico, menos ainda contra a separação dos Poderes ou contra os direitos e garantias individuais. Em outras palavras, a Proposta não desrespeita as vedações impostas ao legislador ordinário, quando esse se dispõe a alterar o texto da Carta Magna.

Cumprido de qualquer modo observar que a redação pode ser aperfeiçoada, sobretudo para explicitar que a inclusão do referido inciso IV se fará no *caput* do art. 60. Todavia, não o fazemos agora porquanto tal mister

será deferido à Comissão Especial, também incumbida, além da análise do mérito, de oferecer a redação final à matéria.

Nesses termos, votamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 468, de 2010.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

Deputado GABRIEL GUIMARÃES  
Relator